

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 8.045, DE 2010, DO SENADO FEDERAL, QUE TRATA DO "CÓDIGO DE PROCESSO PENAL" (REVOGA O DECRETO-LEI N.º 3.689, DE 1941. ALTERA OS DECRETOS-LEI N.º 2.848, DE 1940; 1.002, DE 1969; AS LEIS N.º 4.898, DE 1965, 7.210, DE 1984; 8.038, DE 1990; 9.099, DE 1995; 9.279, DE 1996; 9.609, DE 1998; 11.340, DE 2006; 11.343, DE 2006), E APENSADO.

## **PROJETO DE LEI N.º 8.045, DE 2010**

**Autor:** Senado Federal

**Relator:** Deputado João Campos

### **EMENDA**

Dá-se nova redação ao art. 206 do projeto de lei:

*Art. 206. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável, sob pena de nulidade, o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado. (NR)*

### **JUSTIFICAÇÃO**

A proposta visa reforçar a indispensabilidade do exame de corpo de delito, da mesma forma como já se encontra previsto no Código de Processo Penal de 1941.

A redação proposta no projeto do Código de Processo Penal mantém o comando previsto no Código de Processo Penal de 1941, quanto à indispensabilidade na realização do exame de corpo de delito, nas infrações



que deixarem vestígios. Contudo, de maneira diversa do Código de Processo Penal de 1941<sup>1</sup>, não apresenta, textualmente, a nulidade no caso de ausência do referido exame.

Ressalte-se que em outros dispositivos do projeto do Código de Processo Penal há previsão expressa de nulidade no caso de desconformidade com a norma como, por exemplo, no artigo 72, parágrafo único (nulidade do interrogatório quando houver a confissão e que não observar as regras da referida seção) ou no artigo 154, parágrafo 1º (nulidade no caso de ausência do nome do acusado – ou iniciais – na intimação do defensor).

Da mesma forma que nos exemplos mencionados anteriormente, a ausência do exame de corpo de delito, nas infrações que deixam vestígios, acarreta prejuízo para o contraditório e para a ampla defesa, pois torna possível que determinada infração chegue até o órgão julgador sem que o meio de prova específico para esse fim seja produzido, além de impossibilitar que às partes indiquem assistentes técnicos para contraditar a prova pericial.

Busca-se tratamento isonômico com as demais situações cujo descumprimento reveste-se de maior gravidade.

Sala das Comissões, em                      de                      de 2019.

**SANDERSON**

Deputado Federal (PSL/RS)

---

<sup>1</sup> Código de Processo Penal:

Art. 564. A nulidade ocorrerá nos seguintes casos:

...

III – por falta das fórmulas ou dos termos seguintes:

...

b) o exame do corpo de delito nos crimes que deixam vestígios, ressalvado o disposto no Art. 167;

